

EPISTEME

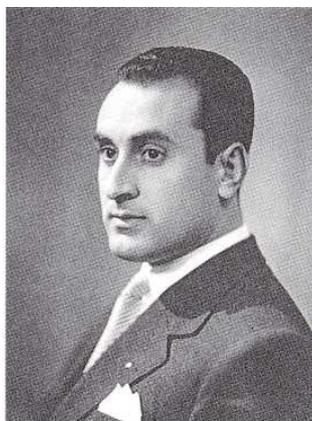
REVISTA MULTIDISCIPLINAR
da Universidade Técnica de Lisboa

- S E P A R A T A -

LEVAR A ESCOLA À SANZALA

PLANO DE ENSINO PRIMÁRIO RURAL EM ANGOLA
- 1961/62 -

Amadeu Castilho Soares



Dr. Amadeu Castilho Soares



EPISTEME

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Ano IV, 2.^a série – n.º triplo 10-11-12 – ano de 2002

Para mais informações ver Internet: www.utlpt/episteme

EPISTEME

Antigo Director

João Bettencourt da Câmara (1997-1999)

Director

Adelino Torres

Subdirectores

Maria João Ceboleiro e Marieta Dá Mesquita

Conselho Editorial

Adelino Torres (ISEG/UTL); António Marques Bessa (ISCSP/UTL); Bernardo Pacheco de Carvalho (ISA/UTL); Carlos Neto (FMH/UTL); Graham Lock (The Queen's College, Universidade de Oxford); Hermínio Martins (St. Anthony's College, Universidade de Oxford); Ian Maclean (All Souls College, Universidade de Oxford); João Martins Afonso (FMV/UTL); João Resina Rodrigues (IST/UTL); Manuel Sérgio (CENTEP); Maria João Ceboleiro (IST/UTL); Marieta Dá Mesquita (FA/UTL); Renato Lessa (Universidade Federal Fluminense); Sebastião Vila Nova (Universidade de Pernambuco).

Propriedade

Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa

Assinaturas

Enviar correspondência a: *EPISTEME* (a/c **Paula Passarinho**)

Reitoria da UTL – Alameda St. António dos Capuchos, 1

1169-047 Lisboa

E-mail: passarinho@reitoria.utl.pt

Tel: (351) 21881 19 20 . Fax: (351) 21 881 19 91

LEVAR A ESCOLA À SANZALA

Plano de Ensino Primário Rural em Angola: 1961-62

Amadeu Castilho Soares

«Levar a escola à sanzala e fazer dela não exclusivamente um instrumento de simples aliteração das crianças, mas ainda, e principalmente, transformá-la num verdadeiro centro social integrado na vida da comunidade local. Procurar-se-á vincular à escola e interessar nas actividades que dela hão-de irradiar os elementos de prestígio e de influência da comunidade».

(Do Programa de Política Social - Plano de Ensino, elaborado pelo Secretário Provincial Amadeu Castilho Soares, do PLANO DO GOVERNO GERAL DE ANGOLA PARA 1962, aprovado pelo Conselho Legislativo, em 7 de Outubro de 1961)

Nota prévia

Conta o Senador brasileiro José Sarney que, ao ouvir o Presidente da República de Angola referir as dificuldades dos projectos de educação e das relações tribais, face à barreira das línguas, acentuou que a língua legada pelos portugueses era o instrumento político que poderia ser a chave da unidade e da identidade nacional angolanas, a exemplo do que acontecera no Brasil. (1)

Não obstante a longa presença de Portugal em Angola, a expansão da língua portuguesa nas populações nativas verificou-se apenas a partir de 1961/62, com base na realização de um plano de ensino, em que, pela primeira vez, o Estado português assumiu directamente as responsabilidades que lhe cabiam na alfabetização da população, como meio de desenvolvimento social e instrumento fundamental da política de "assimilação", proclamada como o grande desígnio da missão civilizadora de Portugal.

O Governo português defrontava-se, então, quer a nível externo quer internamente, com o problema político da legitimação da administração das províncias ultramarinas.

AMADEU CASTILHO SOARES

Para além das pressões influenciadas pelos ideários e interesses dos “jogadores da guerra fria”, manifestava-se, internamente, quer um sentido generalizado de intransigência relativamente a qualquer cedência ao princípio da Nação Unitária e multi-racial, espalhada pelo mundo - expresso mesmo por conceituados opositores do regime (2) - quer alguns sinais de preocupação sobre o futuro próximo das relações com esses territórios, traduzidos na procura de soluções de conciliação da inevitabilidade da autodeterminação dos mesmos com os valores subjacentes à cultura e identidade de uma sociedade plural integrada, em que a permanência da população residente, de origem metropolitana, pudesse ser aceite como garantia da sustentabilidade da sociedade civil e das estruturas económicas e sociais dos territórios.

Num momento de abertura, tímida, a essas soluções, foi nomeado Ministro do Ultramar o Professor Adriano Moreira, com “fama de liberal”, “ideologicamente oriundo da esquerda moderada”, sem ligações ao regime político em vigor, desafiado a pôr em prática as críticas que vinha formulando à política ultramarina do Governo. Foi constituído então um novo Governo Geral de Angola, presidido pelo General Venâncio Deslandes, considerado também um forte partidário da autonomia progressiva do Ultramar.(3)

Relativamente ao ensino das populações, mantinha-se uma notória inércia da administração pública, sob a influência de um certo radicalismo normativista, que tinha pouco a ver com a realidade.(4)

O Professor José Hermano Saraiva (que, em época posterior, viria a ser Ministro da Educação) recorda que, tendo percorrido Angola em 1960, se apercebeu da urgência da acção a desenvolver na área do ensino e comenta: *"Falei nisso e vim a arrepende-me de o ter feito. O envólucro dos interesses instalados era forte demais para que iniciativas como essa pudessem durar muito tempo"*. (5)

O ensino estava confinado, nos centros urbanos, às escolas oficiais e alguns colégios de congregações religiosas e particulares, com professores diplomados pelas escolas de magistério primário da metrópole. Os alunos eram de origem metropolitana ou africanos "assimilados", isto é, crianças de famílias africanas que haviam adoptado a língua e os modelos de vivência social portuguesa.

Eram limitados, porém, os meios de que o ensino oficial dispunha, quer relativamente ao número de professores diplomados quer porque as técnicas didácticas e os instrumentos de ensino não estavam vocacionados para as peculiaridades de um meio social diferente do da metrópole e assegurar maior adesão e sucesso escolar dos alunos provenientes desse meio social.

Por outro lado, nas zonas suburbanas e nos meios rurais, dominados por populações com culturas e línguas diferentes da portuguesa, o ensino era exercido pelas missões religiosas, embora regulamentado pelo Estado, sob a designação de "Ensino Rudimentar" e, ulteriormente, "Ensino de Adaptação".

LEVAR A ESCOLA À SANZALA

Por efeito do Acordo Missionário, celebrado entre o Governo de Portugal e a Santa Sé, fora atribuída às missões católicas a exclusividade do "ensino dos indígenas". Para além da acção pastoral, a função exercida pelas missões católicas na área do ensino, conquanto altamente meritória, pela sua penetração e influência nas comunidades tribais, estava fortemente condicionada, porém, pela falta de meios, humanos, materiais e financeiros, necessários ao suporte das respectivas estruturas.

As missões católicas mantinham uma escola de formação de professores e catequistas, localizada no município de Cuima (Huambo). O sistema de ensino e o material didáctico utilizados eram os mesmos da metrópole.

Foi neste cenário - apenas levemente esboçado - que, nos anos de 1961 e 1962, foi concebido e iniciada a implementação do plano de ensino que, sob o lema "*Levar a Escola à Sanzala*", viria a provocar uma rápida e ampla expansão da escolarização e do ensino da língua portuguesa em Angola, a que alguns analistas chamaram "explosão escolar".

No livro que escreveu sobre a "*Colonização do Sul de Angola (1485-1974)*", o autor, Fernando Cerviño Padrão, profundo conhecedor das regiões do planalto central e do sul, com cujas populações conviveu largos anos, assinala que, "*em 1961, processou-se uma autêntica mutação na filosofia e nas estruturas do ensino*". . . "*A massificação do ensino dos indígenas inicia-se nessa altura, infelizmente com um atraso de decénios ! . . .*"(6)

O Deputado à Assembleia Nacional de Angola, Norberto de Castro, ao descrever a fase de transição política e social ocorrida em Angola nos anos 60, sublinha também "*o grande, espectacular avanço da escolarização no início da década de 60*" bem como "*o arrojo do plano de educação que descia até à escola móvel, encarregada de acompanhar as rotas da transumância, a que eram obrigados os povos pastores do Sul*". (7)

Também o Presidente do Instituto Camões salienta o facto de que "*em Angola houve uma ampla difusão da língua portuguesa, ao contrário dos outros territórios ultramarinos*".(8)

Recorda, com emoção, o Alto Comissário de Angola, no período de transição para a independência, após o Acordo de Alvor (1975), "*A tremenda explosão escolar a que tive a felicidade de assistir*" (...) "*durante os anos de guerra, em pouco mais de dez anos a população estudantil decuplicou*"(...) "*Aqueles milhares de batas brancas que todas as manhãs se dirigiam para as escolas iriam constituir a base do futuro progresso daquela terra e de todo o seu povo*".(9)

Será ainda de registar, na introdução deste memorial do plano de ensino realizado em Angola, o testemunho do ex-Comissário Europeu, Engenheiro Cardoso e Cunha, que viveu pessoalmente os acontecimentos do processo evolutivo de Angola, a partir da década de 60 até à independência. Na conferência que proferiu na Universidade de Aveiro, sobre o tema

AMADEU CASTILHO SOARES

"Lusofonia: Cooperação e Negócios", ao assinalar a língua portuguesa como uma importante mais-valia nas relações empresariais bilaterais, recordou que somente a partir do início dos anos 60 a língua portuguesa tivera uma larga difusão pelo interior de Angola, graças a "uma iniciativa que não encontra paralelo em nenhuma área colonial das potências europeias em África" e à realização de um plano - que classificou de "notável" - "da responsabilidade do Dr. Castilho Soares, na altura Secretário Provincial da Educação". (10)

As Impossibilidades

Em Angola, como na generalidade dos países africanos, um vasto quadro de "impossibilidades" impedia a expansão do ensino da população, nas comunidades de vida tradicional, fora dos centros urbanos:

- as distâncias, a vastidão do território e a dispersão e transumância características das populações;
- a estrutura social das comunidades tribais e as actividades predominantes de subsistência, com exclusão da necessidade ou do desejo de alfabetização e do ensino escolarizado;
- evitar os efeitos desagregadores das estruturas sociais tradicionais e o êxodo rural decorrente, numa sociedade civil sem meios de reintegração;
- evitar os "efeitos de asfixia" das famílias de acolhimento, que procuravam a sua própria inserção na sociedade civil emergente;
- fixar agentes de ensino nas comunidades de vida tradicional, para além dos casos escassos da proximidade e influência das missões religiosas;
- o valor dos meios financeiros e materiais necessários para, face às circunstâncias, lançar e desenvolver qualquer plano consistente de ensino, na imensidade do território, sem meios de comunicação, fora das áreas urbanas;
- a própria inexistência de técnicas pedagógicas adequadas.

Note-se que o problema, generalizado nos países e territórios subdesenvolvidos, só começou a encontrar as primeiras soluções a partir das experiências aplicadas pela Organização dos Estados Americanos, em países da América Central, em finais da década de 50, bem como, sob a égide da UNESCO, a partir de 1955, em países asiáticos e, posteriormente, nos países africanos que ascenderam entretanto à independência, tendo sido então desenvolvido um sistema educativo, designado "*educação de base*".

Em Angola acrescia, em especial:

- a concepção unitária do ensino em todos os territórios sob administração portuguesa, pese embora a instituição, em 1950, do "Ensino Rudimentar", mais tarde designado por "Ensino de Adaptação", destinado às populações nativas;

LEVAR A ESCOLA À SANZALA

- o Estado transferira a responsabilidade do "ensino dos indígenas" para as Missões Católicas, por força do Acordo e do Estatuto Missionários;
- a incapacidade das Missões Católicas, por falta de meios e de estruturas adequadas, para assumirem tal responsabilidade, em toda a sua dimensão, para além de alguns casos exemplares isolados;
- a inércia da Administração Pública e a insensibilidade da política oficial, face quer aos objectivos proclamados de civilização das populações nativas - a política de "assimilação" - quer aos "ventos da história", que começaram a acentuar-se mais intensamente a partir dos anos 50, com efeitos notórios na evolução social interna e nas influências políticas internacionais.

A resolução prática das "impossibilidades" foi operada em Angola, a partir de 1961-62, através do Plano de Ensino da População Rural, desenvolvido sob o lema "*Levar a Escola à Sanzala*".

Mesmo a resolução das impossibilidades financeiras . . .

Conforme o posterior Governador Geral de Angola viria a afirmar, em sessão do Conselho Legislativo, de 3 de Novembro de 1963 (**Anexo I, frente e verso**), "*Nos últimos tempos, particularmente nos dois últimos anos, adoptou-se um sistema instituído pelo Senhor Secretário Provincial Dr. Castilho Soares e ainda experimentado no seu tempo, utilizando trabalhos didácticos primorosos, feitos e preparados aqui na Província por uma equipa muitíssimo capaz. Mercê dessa experiência, que entre nós é a primeira, segundo creio, e não sei se há muitas em África, foi-se para uma solução que tem estado a dar excelentes resultados (...) É essencialmente devido a esse método nascido entre nós há pouco tempo que tem sido possível dar um grande avanço na instrução primária. Com ele se resolveram dois problemas que neste momento seriam insolúveis, o do pessoal e o financiamento (...) Este tipo de solução generalizou-se o ano passado a alguns dos distritos e este ano está praticamente generalizado a todos os distritos (...) Creio que no ano passado se prepararam, no primeiro curso de monitores, 250 monitores e creio que este ano se preparou um número muito maior, além dos 250 do ano passado terem sido preparados para o segundo ano (...) A percentagem de 10% que aqui foi trazida como sendo aquela que se está praticando na Metrópole, no que diz respeito à alfabetização, corresponde a 100% da escolaridade das crianças".(11)*

O Plano de Ensino "Levar a Escola à Sanzala"

O Plano "Levar a Escola à Sanzala" baseou-se numa concepção original, que se revelou ajustada às circunstâncias peculiares dos meios físico e social, em que viria a ser aplicada, e adequada à estratégia de desenvolvimento das comunidades rurais.

Pela primeira vez foi possível:

- iniciar e desenvolver a alfabetização e o ensino da língua portuguesa em populações fora dos centros urbanos, de forma generalizada;
- assegurar a presença e a integração de agentes de ensino (frequentemente de casais) nas comunidades de vida tradicional;
- desencadear uma nova dinâmica social nas pequenas comunidades tribais, incentivando a mobilização do interesse das populações em torno de um primeiro projecto comum - a escola - e, por via deste, provocar alterações sociais que induziram o desenvolvimento de aglomerados populacionais viáveis, nos quais passou a ser possível, designadamente, o lançamento de programas de desenvolvimento comunitário e de estabilização da agricultura tradicional itinerante; (12)
- levar o Estado a assumir as suas responsabilidades de ensino da população, até então hipotecadas às missões religiosas;
- romper a eminência burocrática do Ministério do Ultramar e a inércia da Administração Pública e provocar a viragem da política do Governo Central bem como das concepções ainda dominantes na época, segundo as quais a escolarização dos "indígenas" era receada como um elemento desagregador das comunidades tribais, de efeitos incontroláveis numa sociedade sem capacidade para a sua integração;
- adoptar técnicas pedagógicas adequadas;
- ultrapassar as "impossibilidades" financeiras bloqueadoras.

O plano de ensino "Levar a Escola à Sanzala" foi desenvolvido segundo as linhas de força seguintes:

- despertar o interesse das comunidades tribais em querer uma escola e fazer desta um factor estruturante das respectivas comunidades;
- provocar o envolvimento global de cada comunidade na concretização do projecto, em especial através da co-responsabilização dos chefes tradicionais na escolha e designação, por estes, do professor local, da construção da escola (simples recinto ou construção tradicional, conforme os meios disponíveis e a capacidade da população);
- a formação dos agentes docentes - os "Monitores" - integrados nas respectivas comunidades, através de cursos intensivos, especialmente concebidos e organizados para o efeito ;

LEVAR A ESCOLA À SANZALA

- aplicação de princípios pedagógicos adequados - o “método global” de leitura, numa adopção dos métodos activos de Jean Piaget - e criação dos instrumentos didácticos apropriados quer à formação dos "Monitores" quer ao tipo de ensino a ministrar por estes, com suporte em:
 - Guias didácticos dos agentes de ensino, os “ Monitores Escolares”:
Didáctica das Lições do 1º Ano do Ensino Primário Rural-Livro do Professor, 1.º e 2.º volumes; e **Didáctica das Lições de Aritmética da 1ª Classe do Ensino Primário** - editada já sob aprovação da Portaria Ministerial n.º 20.380, de 19.2.1964. (**Anexos II,III e IV**)
 - Manuais para aprendizagem da língua portuguesa:
Iniciação da Leitura - 1.º e 2º Cadernos. (Anexos V e VI)

Na história da colonização, foram assim criados os primeiros manuais para o ensino da língua portuguesa à população africana e substituídos os livros escolares, que eram adoptados em Portugal para o ensino de crianças cuja língua materna era o português. Profusamente ilustrados, com motivos da ambiência natural dos alunos, esses manuais permitiram pôr em prática uma técnica didáctica adequada às necessidades desse tipo de ensino bem como ao modo de vida da população, à qual era dirigido.(13)

"**A Maior Obra de 1962**", foi como o Jornal "*A B C - Diário de Luanda*", de 17 de Setembro de 1962 (**Anexo VII**), saudou, na altura, a edição desses manuais escolares de Iniciação à Leitura.(14)

Ainda em fase experimental da aplicação do material escolar, durante o primeiro curso de formação de Monitores, o Jornal "*A Província de Angola*" (8 e 23 de Agosto de 1962), ao referir "*um outro grande problema a resolver, o do material (livros e cadernos) não só para ensinar os monitores como também para estes poderem trabalhar junto dos seus futuros alunos*", revelou que "*esse material que nos atrevemos a reputar como sendo a base principal deste programa intensivo de educação das massas rurais, trata-se de um curiosíssimo trabalho à base de desenhos coloridos (...) quaisquer desses livros e cadernos se apresentam como novidades didácticas e perfeitamente adaptados às massas rurais menos evoluídas (...)* Considerando o sistema concebido "*quase revolucionário*", o jornal assinala que "*O Governo Geral iniciou com entusiasmo este laborioso programa que, como se vê, está destinado a obter um grande êxito, solucionando progressivamente um preocupante problema que colocará Angola na vanguarda dos esforços para a elevação das massas nativas menos evoluídas*" (Cruz Leal).

O plano de ensino primário, a implementar nos centros urbanos e suburbanos bem como nos

AMADEU CASTILHO SOARES

meios rurais, foi enunciado no Plano do Governo para o Ano de 1962, apresentado ao Conselho Legislativo em sessão de 7 de Outubro de 1961. Aí se definia o desenvolvimento do ensino como um dos principais factores determinantes dos objectivos fundamentais a atingir pelo Governo: a melhoria das condições de bem-estar social das populações rurais e urbanas; a aceleração do processo de ascensão de todos os habitantes aos benefícios da civilização (aumento do rendimento real das famílias, melhoria do estado sanitário, melhoria das condições de trabalho, elevação do nível de educação e assegurar a justiça social).

A nível do ensino primário, nos centros urbanos e suburbanos, o plano visava o aumento do número de escolas, empenhando nesse esforço também as empresas privadas, no sentido de fornecerem instrução aos seus trabalhadores, e a criação de escolas de aperfeiçoamento profissional de artífices, para uma melhor qualificação da mão-de-obra mesteiral.

Nos meios rurais, o plano "*Levar a Escola à Sanzala*" e a formação de artífices rurais foram os meios de acção preconizados.

O plano de ensino primário englobava ainda a formação adequada de professores, o que viria a ser concretizado com a preparação de agentes docentes em três níveis: os monitores escolares, os regentes escolares e os professores, correspondendo a dois ciclos de escolaridade primária e à diferenciação do ensino rural e urbano.

Nos dois primeiros anos, mais de 500 agentes de ensino - os **Monitores** - foram preparados e fixados nas pequenas "aldeias do mato".

A formação dos Monitores era ministrada em três cursos intensivos, de três meses, em regime de internato. No primeiro curso aprendiam a ensinar a 1ª classe e, nos seguintes, após uma revisão da experiência anterior, aprendiam a ensinar a 2ª classe, com base nos manuais elaborados para o efeito - "**Didáctica das Lições do Ensino Primário Rural**" - além dos princípios e modelos de actuação social que lhes eram inculcados, como elementos potenciadores do desenvolvimento comunitário.(15)

Os primeiros cursos funcionaram em 1962, de Junho a Agosto, em Cabinda, Carmona, Salazar, Bailundo (dois), Caconda, Pereira d'Eça e Luanda, abrangendo mais de trezentos candidatos a Monitores. No curso de Luanda, no Bairro de Cazenga, funcionou um "programa piloto", como laboratório experimental para avaliar a eficácia do sistema aplicado à formação de agentes docentes para os bairros suburbanos. O número significativo de alunas no curso de Monitores de Luanda fez surgir a esperança e a intenção de, através delas, influenciar a modificação do papel da mulher nas sociedades suburbanas.

Nos anos seguintes, prosseguiu o esforço de preparação de professores, envolvendo três níveis de docência: os Monitores, os Regentes Escolares e os Professores Primários.

LEVAR A ESCOLA À SANZALA

Os Regentes Escolares (mais tarde designados Professores de Posto) deveriam possuir como preparação o primeiro ciclo do nível secundário. Receberiam formação docente em cursos de dois anos, tendo como objectivo complementar a rede dos Monitores Escolares e prosseguir o ensino até à 4ª classe do nível primário. Na fase inicial do plano - que incidiu fundamentalmente na formação dos Monitores e na elaboração do respectivo modelo de actuação, com o necessário material de suporte - não chegou a ser concluído um sistema específico para a formação dos Regentes Escolares, estando previsto o funcionamento dos primeiros cursos no ano de 1962/63, nas Missões Católicas de Cuima, Bela Vista, Malange, Caconda, Pereira d'Éça, Huila, Moxico, Salazar, Gabela e Vouga.

Para a formação de Professores Primários - de conformidade com o sistema de ensino em vigor na metrópole e em todos os territórios ultramarinos - foram criadas as primeiras Escolas de Magistério Primário, por Decreto Ministerial, sob proposta do Governo Geral de Angola.(16)

A rede de professores - especialmente de **Monitores** - radicada nas comunidades tradicionais, haveria de representar a única estrutura duradoura do sistema de ensino e de difusão da língua portuguesa. Estrutura que subsistiria, para além das vicissitudes da política e da guerra, em condições que terão mesmo impedido as tentativas de introdução de outra língua veicular, após a independência, sob a influência cubana.

A escola rural pôde ser um dos factores decisivos da implementação de um vasto plano de reordenamento das populações, então iniciado, com a instalação de núcleos potenciadores da aceleração do desenvolvimento agrícola e pecuário na imensidão dos espaços vazios do território angolano. Visava, esse plano, *“uma intensa e extensa acção caracterizadamente social e de grande incidência no nível económico das populações rurais, acelerando o seu acesso a um nível de bem-estar e de civilização que corresponda verdadeiramente à sua natureza e dignidade de homens (...) um processo fundamental que há-de levar a Província, no curto prazo de menos de uma dezena de anos, ao mais alto nível social de todos os países africanos”* (17)

A implementação do novo sistema de ensino não descurou o papel das missões religiosas e a necessidade de conjugar com as mesmas uma acção de parceria. Especialmente com as missões católicas - reconhecida a sua importância e em consequência das implicações resultantes da revogação do regime de indigenato, relativamente ao Acordo Missionário - houve o cuidado de procurar conjugar a aplicação do plano que o Governo se propunha desenvolver.

O então Arcebispo-Coadjutor D. Manuel Nunes Gabriel foi, em representação da Igreja Católica, o interlocutor que convidei pessoalmente para o efeito, dadas as relações de cordialidade existentes, desde que nos conheceramos, quando, anos atrás, era Bispo de Malange. Em consequência, foi posto ao corrente - da forma mais interessada e cooperante -

AMADEU CASTILHO SOARES

da preparação do novo plano de ensino primário da população rural, tendo-lhe sido transmitidos os objectivos e a metodologia que iriam ser aplicados bem como a intenção de conjugar e reforçar a acção das missões católicas - consideradas como parceiros privilegiados no desenvolvimento do plano de ensino - a cujos professores, devidamente habilitados, passaria a ser atribuída uma remuneração, integrada nas respectivas dotações orçamentais do Estado.

Esta preocupação de coordenação viria, porém, a não ter os reflexos desejados no seio da Conferência Episcopal, a qual dirigiu uma carta de protesto ao Governo, por alegada interferência do Estado na esfera das competências da Igreja Católica, na área do ensino da população, conferidas pelo Acordo Missionário.

Em resposta (ofício de 5 de Julho de 1962, assinado pelo Governador Geral), foi reafirmada ao Arcebispo de Luanda a derrogação da disposição legal que confiava às missões católicas “o ensino especialmente destinado aos indígenas” (art. 66º do Estatuto Missionário) e reiterada a determinação do Governo em assumir as responsabilidades do Estado no ensino das populações, sem prescindir, contudo, da valiosa colaboração da Igreja, desde que, para tal, dispusesse de agentes docentes devidamente qualificados e enquadrados no sistema oficial instituído, em consequência do que ficaria libertada dos encargos relativos às respectivas remunerações. Foi acentuado, em particular, que a Igreja não seria privada, porém, da liberdade de querer ou não participar no plano de ensino oficial.

Na obra notável que, mais tarde, escreveu sobre *"Angola: Cinco Séculos de Cristianismo"*, D. Manuel Nunes Gabriel, na altura Arcebispo-Resignatário de Luanda, ao referir-se à intervenção do Estado no ensino das populações nativas, até então confiado às missões católicas, não deixou de salientar que, com as reformas iniciadas em 1961, *"Angola conheceu nesta época uma notável actividade escolar - aquilo a que com razão se chamou a "explosão escolar" (...)* "e que foi sem dúvida um meio de penetração missionária em muitos povos" (...) *"Em 1974, o ensino primário atingia cerca de 500.000 crianças, correspondente a cerca de 8% da população total, o que em África se considera muito razoável" (...)* "o que representa um aumento superior a 400% numa década" (18)

Por sua vez, o missionário evangélico Lawrence W. Henderson, que exerceu funções na Missão do Dondi (Bailundo) e de Secretário Geral da Aliança Evangélica de Angola (1960-1969), sendo o respectivo representante junto das entidades oficiais, relata que, em 1961, o Governo de Angola assumiu a responsabilidade directa pela educação da população em geral, preferindo assim que a educação dos angolanos não continuasse entregue a *"uma série de redes educativas a cargo das diversas Igrejas representadas em solo angolano"*. Assinala que *"A reforma educativa foi feita tanto no sentido da qualidade como no da quantidade"*, tendo sido elaborado novo material didáctico e deixado de ser adoptados os livros escolares de modelo europeu, até então utilizados em todas as escolas.

LEVAR A ESCOLA À SANZALA

Sobre a formação de professores, iniciada para o efeito, refere que, *“no segundo ano, os sete centros de formação de monitores registavam já 791 alunos e, em 1965, cada um dos catorze distritos dispunha de cursos para monitores, frequentados por um total de 2413 alunos, tendo duplicado o número de professores em Angola, nos primeiros cinco anos. Assinala também que, em consequência, em 1964, “as missões católicas ultrapassaram-nos em todos os campos da educação. Com os subsídios que o Governo lhes concede têm inscritos nos seus programas de educação rural milhares de alunos”*. Considera, porém, que a reforma do sistema educativo em Angola decorreu do facto de o Governo ter reconhecido *“a escola como arma na luta que se travava entre o nacionalismo português e o nacionalismo angolano”* (pag.340), o que não deixa de ser um preconceito contrário ao de todos aqueles que temiam que fosse um instrumento de apoio aos movimentos de subversão nacionalista angolana. (19) Perante os resultados do “facto consumado”, o sistema de ensino adoptado e posto em execução em Angola, a partir de 1961-62, viria a ser reconhecido pelo Ministério do Ultramar, alguns anos depois, e a servir de base à “Reforma do Ensino Primário Elementar nas Províncias Ultramarinas”, promulgada pelo Decreto n.º 45.908, de 10 de Outubro de 1964.

Conforme assinala o respectivo texto preambular, era generalizada assim a experiência em curso em Angola.

A própria equipa técnica, de que o Ministério do Ultramar passou a dispor, na altura, contou com a influente colaboração do ex-Director dos Serviços Provinciais de Educação de Angola (Dr. Manuel Ferreira Rosa), o qual acompanhara - ainda que com alguma discordância declarada - os trabalhos de concepção e de elaboração do sistema de ensino **“Levar a Escola à Sanzala”**. Certamente, por isso, o decreto ministerial que promulgou a Reforma do Ensino Primário nas Províncias Ultramarinas não valorizou, como deveria, a formação dos Monitores Escolares e o papel societal que lhes fora atribuído em Angola, tendo optado por centrar a formação de pessoal docente nos Professores de Posto Escolar, destinados às povoações estáveis.

Mais tarde, viria a ser relatado pelo Professor Silva e Cunha - Secretário de Estado da Administração Ultramarina à data da promulgação do referido decreto – que, *“Embora a colaboração prestada pelas Missões fosse útil, tem de se reconhecer que, na generalidade, a qualidade do ensino era inferior, principalmente por falta de pessoal docente devidamente preparado. De há muito que se tornava necessário modificar o sistema. A abolição, em 1961, do regime de indigenato veio dar particular ênfase a esta necessidade. Quando assumi funções no Ministério, estava já em experiência em Angola um novo regime de ensino, por iniciativa do Secretário Provincial do Governo, o Dr. Amadeu Castilho Soares”*.(Anexo VIII)

Assinala ainda o Professor Silva Cunha, depois Ministro do Ultramar, que, por isso, *“a execução do Decreto não suscitou problemas em Angola, ao contrário de Moçambique.”*(20)

AMADEU CASTILHO SOARES

Desconhecia o Professor Silva Cunha que, também em Angola, a iniciativa do Governo Geral, ao assumir as responsabilidades do Estado pelo ensino das populações autóctones e o lançamento do programa de ensino "*Levar a Escola à Sanzala*" haviam suscitado problemas com a hierarquia da Igreja Católica, que considerou desrespeitado o Acordo Missionário e marginalizada a acção das missões no ensino dos indígenas - tal como atrás relatei - não obstante ter sido posta ao corrente do projecto de reforma do sistema de ensino, face à revogação do regime de indigenato e à revisão que a mesma implicava na aplicação do Acordo Missionário, e informada do propósito de reforçar o papel das missões na implementação do projecto, designadamente através da formação dos respectivos professores e da atribuição de uma remuneração aos mesmos, integrada nas dotações orçamentais do Estado, o que viria a ser reconhecido nas disposições do decreto ministerial.

A experiência vivida com a criação do novo sistema de ensino primário rural motivou os elementos da respectiva equipa técnica - Inspectores António Almeida Abrantes, José Brito de Figueiredo e António Henriques Carneiro - a prosseguirem a acção de aperfeiçoamento didáctico dos agentes docentes, que haviam iniciado, em consequência do que promoveram a edição notável de "**Cadernos de Divulgação Didáctica**" - "*Publicações Imbondeiro*", Sá da Bandeira, Angola. (**Anexo IX**)

Um desses elementos, o Inspector Almeida Abrantes, viria a ser incumbido, em 1973, de aplicar, na então Província da Guiné, o sistema de ensino em cuja execução participara em Angola, para o que elaborou o "**Primeiro Livro de Leitura - 1.ª Classe**", sob modelo didáctico idêntico, com as adaptações necessárias às peculiaridades do meio social e ambiental do território. Não me furto a transcrever a dedicatória com que me quis honrar, no exemplar que me ofereceu: (...) *como recordação de uma obra pedagógica de que foi impulsor extraordinário e em que tive a honra de ser modesto mas activo participante e com a respeitosa amizade e admiração pelo seu espírito que esse desgastante mas frutificante período me proporcionou* (...) *deixo-lhe um livro que fiz para a Guiné e que é ainda um reflexo do muito que fez criar no meu espírito e da sua própria obra.*"

Para além do ensino de nível primário, o Plano do Governo definiu ainda como objectivo o desenvolvimento dos ensinos de nível secundário e médio (21), a formação de técnicos de serviço social e de enfermagem (22) e a criação do ensino superior, com cursos de formação de técnicos de engenharia, agronomia e medicina bem como de professores do nível secundário (23).

Previa ainda o estudo e formação de séries de "*vocabulos de base*" ou elementares para a elaboração de textos de "*português fundamental*", destinados às camadas menos evoluídas da população (24), a constituição de um corpo redactorial qualificado e a realização de uma adequada actividade editorial, de modo a possibilitar o exercício frequente da leitura às pessoas de todas as camadas sociais da população, particularmente às de mais baixo nível cultural.

Nota final

Para além dos testemunhos atrás citados, que reflectem as repercussões do plano de ensino “**Levar a Escola à Sanzala**”, haverá lugar, por certo, para assinalar outros depoimentos também reveladores dos efeitos que teve na expansão da língua portuguesa em África, particularmente em Angola.

Assim, o Jornal *"The Economist"*, de 19 Outubro de 1963, registou, de forma especial, o esforço que, graças a esse plano, estava a ser feito em Angola, sublinhando que, na altura - com 500 novos professores embrenhados nas zonas rurais - o número de africanos que beneficiavam de escolarização era o dobro de 1961. E comentava: *"não podendo os africanos ir à escola, a escola vai agora até eles"*.

Na imprensa angolana, em dois editoriais publicados em 13 e 19 de Abril de 1964, o jornal “**A Província de Angola**” assinalava que *"os problemas da Educação, sob a orientação do antigo Secretário Provincial Dr. Castilho Soares, há três anos atrás, receberam um impulso verdadeiramente histórico, quer pelas proporções materiais quer pela profundidade das reformas introduzidas" (...)* *"sobretudo quanto a um sentido de actualização de métodos didácticos e no esboço de um programa de acção que, então, se definiu no slogan – Levar a Escola à Sanzala – ou seja uma campanha de alfabetização em massa e por métodos acelerados"(...)* *"através da qual se concretizou a intenção, que constitui marco histórico na nossa acção educativa e civilizadora"(...)* *"que, ao tempo, da sua divulgação toda a opinião pública da Província acolheu com a maior e mais justificada simpatia e que, bem pode dizer-se, correspondia a um imperativo verdadeiramente à escala provincial e do mais alto interesse nacional" (...)* *"com a preparação de programas básicos que visam não sòmente a formação intelectual mas também a promoção social" (...)* *"Todos eses trabalhos têm merecido as melhores referências de entidades didácticas estrangeiras que as consideram do melhor que presentemente existe em África"*. (25)

Numa análise do panorama do ensino em Angola, nos anos de 1961 a 1964, apresentada no âmbito de um Curso de Extensão Universitária da Universidade Técnica de Lisboa, é assinalado - com a discrição que a prudência então aconselhava - *"o notável esforço efectuado na Província, através de um novo planeamento do ensino primário rural, e que, além de implicações metodológicas da maior eficácia para o ensino da língua portuguesa, prevê um bem elaborado esquema para a rápida expansão desse mesmo ensino"*.(26)

AMADEU CASTILHO SOARES

Alguns anos mais tarde, o membro do Governo de Angola (natural de Cabinda) então responsável pela pasta da educação, viria a declarar que o plano de ensino lançado sob o lema "**Levar a Escola à Sanzala**" estava na base de toda uma estrutura que seria a mais sólida do sector educacional em todo o país (Portugal), incluindo as Escolas do Magistério Primário, e tendo por cúpula o ensino universitário. (27)

Num estudo do **Center for Strategic Studies**, da **Universidade de Georgetown**, (Washington, 1968), é assinalado o sucesso da publicação dos "*Cadernos de Iniciação da Leitura*", quer como um exemplo de "*africanização dos livros escolares*" quer a sua extensão a todas as escolas de Angola e "*o desejo de inculcar o espírito de multi-racialismo*". Nesse estudo, é sublinhado, de forma especial: "*o que fora considerado uma africanização do ensino era de facto uma modernização do ensino*" e "*o que de facto aconteceu foi que a liberdade dada ao departamento da educação de Angola para escrever e publicar os seus próprios livros escolares não tinha precedentes. Pela primeira vez, havia a liberdade para usar uma moderna metodologia. Esta oportunidade verificou-se somente em Angola. Os actuais livros escolares angolanos são um sinal de importantes e significativas mudanças*".

Noutro trabalho de investigação sobre o ensino e a sociedade em Angola até à independência, publicado pelo Instituto de Investigação Científica e Tropical, é assinalado, que "*ao situar o caso de Angola no contexto dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, constata-se que teve a tradição escolar mais expressiva, tanto em termos da sua história quanto em termos da sua extensão e diversificação*" e que "*uma situação inteiramente nova foi criada pela política educacional, iniciada entre 1961 e 1963 e desenvolvida até 1974*", a qual operou "*uma mudança radical no ensino*", comportando "*três vertentes: a modificação legal/institucional do sistema de ensino; uma modificação dos programas, acompanhada de uma certa alteração da pedagogia; e a expansão extraordinariamente acelerada do sistema escolar*". É assinalado ainda que se processou "*uma expansão verdadeiramente explosiva do ensino primário*", traduzida num aumento de 400% dos alunos, que passam de 105.781 para 521.920, entre 1960/61 e 1972/73, e uma taxa de crescimento de 500% no ensino secundário. É sublinhado também que, embora tivesse havido a preocupação de "*africanizar*" os manuais escolares, "*houve sobretudo a esperança (...) de criar uma afiliação cultural e uma identificação forte e generalizada com Portugal*".(28)

Também o historiador José Freire Antunes, numa das suas obras sobre os anos 60, enfatiza, em relação a Angola, "*os planos no sector educacional, que incluíram treino de professores nas zonas rurais - os monitores*". (29)

Da parte do Professor Adelino Torres, Catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão - em 1961 Secretário Geral da Sociedade Cultural de Angola (instituição liderada, ao tempo, por personalidades da oposição ao regime político em vigor) e redactor do jornal "ABC - Diário de Luanda" - o plano de ensino, cuja implementação pôde acompanhar,

LEVAR A ESCOLA À SANZALA

mereceu a seguinte opinião: *“A ideia da expansão do ensino primário foi já objecto, em 1962, de um plano ousado e em grande escala, concebido e corajosamente executado pelo antigo Secretário Provincial da Educação de Angola, Amadeu Castilho Soares” (...)* *“Com as adaptações naturalmente justificadas pela evolução dos tempos, este plano poderia, ainda hoje, imprimir uma acção de grande envergadura no ensino primário de Angola”.* (30)

O ex-Presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa, Dr. Jorge Costa Oliveira, que foi membro dos sucessivos Governos de Angola, de 1963 a 1973, recorda *“o grande esforço que se estava fazendo na área da educação para a difusão do português como língua comum, levando a escola à sanzala” (...)* *“iniciativa pioneira que deparou, na altura, com resistências e fortes oposições, acabou por triunfar e levou a que, pela primeira vez na história da colonização, fossem criados livros escolares para o ensino da língua portuguesa, adaptados à população africana”* e cita o nome do autor como responsável por essa iniciativa. (31)

O Conselho Nacional de Educação considerou *“digno de conhecimento e de registo o esforço desenvolvido nesse País então ainda sob administração portuguesa, para incrementar a alfabetização e o ensino da língua portuguesa, assegurar a presença e formação de agentes de ensino nas comunidades de vida tradicional, renovar os princípios e métodos pedagógicos, produzir e difundir guias didácticos para professores e manuais de aprendizagem para os alunos (...)* *que, sem prejuízo de todo um novo contexto político e social, merecem ser conhecidos, estudados e ponderados”.* Em consequência tomou a iniciativa de apresentar ao Presidente da República cópia da documentação relativa ao plano de ensino *“Levar a Escola à Sanzala”.* (32)

O Deputado do Partido do Governo angolano, Mário de Alcântara Monteiro, por duas vezes Ministro das Finanças (1992 e 1996), quis recordar que *“foi nos anos 60, no mandato do Governador Geral, General Venâncio Deslandes, se deu um impulso vigoroso à Educação” (...)* *“com o Plano de Ensino da População Rural, mais conhecido pela designação de “Levar a Escola à Sanzala” (...)* *“a que ficou ligado o nome do Secretário Provincial da Educação, Dr. Amadeu Castilho Soares, por ter sido o seu principal impulsionador e, por isso, merece de todos nós, que amamos Angola, um carinho especial que, mesmo assim, não salda a dívida de gratidão que o País com ele contraíu. O projecto Levar a Escola à Sanzala, além de formar professores rurais e de criar condições sociais para os alunos, teve a rara virtude de reconhecer que os manuais de ensino para crianças que não tinham o português como língua materna não deviam ser os mesmos que os que eram adoptados em Portugal” (...)* *“um projecto que era a realização mais notável no domínio da Educação e que, por isso mesmo, deixou profundas raízes na nossa sociedade rural” (...)* *“os manuais adaptados à realidade angolana, que tanta aceitação tiveram por parte de largas franjas da nossa população, às quais os mesmos se destinavam. É por isso que, para mim, que sempre*

AMADEU CASTILHO SOARES

vivi em Angola e fui testemunha desse notável trabalho do então jovem Dr. Castilho Soares, em benefício das camadas mais desprotegidas e simultaneamente mais valiosas da nossa população - os jovens rurais - a actuação do então Secretário Provincial da Educação, Dr. Amadeu Castilho Soares, continua a ocupar, apesar do tempo decorrido, um lugar de relevo na contribuição para o desenvolvimento da Educação em Angola” (extracto de texto destinado a publicar na imprensa angolana, em Setembro de 2000, transmitido com carta pessoal ao autor).

Também o Governador da Província da Huila, General Kundi Paihama, actualmente Ministro da Defesa do Governo de Angola (1999-2002) e antigo aluno do Liceu Diogo Cão, na cidade de ex-Sá da Bandeira, transmitiu ao autor, em carta de 4 de Setembro de 1998: *“Falei de S.E. aos nossos universitários do Lubango (ex-Sá da Bandeira), na sua qualidade de Arquitecto daquilo que deu hoje a nossa universidade e sobretudo as ciências da educação. Ficaram radiantes e aguardam pela sua visita à nossa cidade.”*

"Levar a Escola à Sanzala" foi a ideia-força do plano de ensino, concebido e lançado em Angola, em 1961/62. A expressão-lema *"Levar a Escola à Sanzala"* foi recolhida do texto do Plano de Política Social do Governo de Angola, elaborado pelo autor, e apresentado à apreciação do Conselho Legislativo, em 7 de Outubro de 1961.

O Plano tinha por objectivos a expansão da língua portuguesa e do ensino primário nas populações rurais e peri-urbanas e a promoção do desenvolvimento das comunidades tribais. Pioneiro e inovador, como foi, o plano de ensino **"Levar a Escola à Sanzala"** deparou, na altura, com resistências e fortes oposições. Considerado ilegal por uns - por ultrapassar os limites da competência do Governo de Angola - teve de se confrontar com as resistências às inovações, que os poderes instituídos sempre fazem transpirar. Não deixou de suscitar também, da parte de alguns "sacerdotes do templo", receios pelas consequências políticas decorrentes quer da expansão do ensino da população africana quer da existência de uma vasta rede de professores, inseridos no seio das comunidades tradicionais, considerados facilmente permeáveis a influências contrárias à presença portuguesa e à sociedade plural, para a construção da qual se pretendia criar e fortalecer factores estruturantes.

Graças, porém, à iniciativa e ao desenvolvimento do plano de ensino *"Levar a Escola à Sanzala"*, o Estado português pôde assumir, efectivamente, as suas responsabilidades de ensino das populações africanas.

Pela primeira vez, na história da colonização. . .

E a língua portuguesa ficou, como língua veicular de milhões de africanos.

“Chega a ser surpreendente como a língua portuguesa está hoje difundida em Angola”, considera o Embaixador de Portugal, Dr. José Duarte Ramalho Ortigão, que revela que, no

decurso das inúmeras visitas efectuadas, durante mais de três anos, a todas as Províncias de Angola, nomeadamente no âmbito das actividades da Comissão Conjunta dos Países Observadores do Processo de Paz, estabelecida pelo Protocolo de Lusaka, “*tive a oportunidade de constatar com satisfação que a grande maioria das populações sabe falar português. Tal facto, embora constitua uma surpresa para quem contacta com a realidade actual de Angola pela primeira vez, é reconhecido por todos aqueles com quem tenho trocado impressões sobre o assunto*”. (...) “*O Plano de Ensino da População Rural, denominado Levar a Escola à Sanzala (...) terá sido o responsável por esta tão grande divulgação da língua portuguesa em Angola*”.(33)

Nota à margem

O autor, na qualidade de membro do Governo Geral de Angola, responsável pela Educação, concebeu e pôs em execução o Plano de Ensino “Levar a Escola à Sanzala”, em 1961/62, no âmbito do Programa de Política Social, que lhe coube elaborar, do Plano do Governo para 1962, apresentado ao Conselho Legislativo, em 7 de Outubro de 1961.

O Programa de Política Social baseava-se no estudo “*Política de Bem Estar Rural em Angola*”, de sua autoria, publicado pelo Centro de Estudos Sociais e Políticos, da Junta de Investigação do Ultramar.

Na formulação e implementação do método de alfabetização e de ensino da língua portuguesa contou, em especial, com a colaboração, muito competente e interessada, dos Inspectores da Direcção Provincial do Ensino, António Almeida Abrantes, José Freire de Brito Figueiredo e António Henriques Carneiro, após a conversão destes à ideia inovadora que presidia à concepção do novo sistema de ensino.

O plano de ensino primário das populações rurais teve expressão a outros níveis, designadamente com a criação das primeiras Escolas de Professores de Posto de Ensino e Escolas de Magistério Primário.

Também, a nível do ensino superior, foram tomadas as primeiras iniciativas, em cumprimento do Plano de Política Social proposto pelo Governo Geral e aprovado pelo Conselho Legislativo, com a criação dos Centros de Estudos Universitários, junto dos Institutos de Investigação Científica e do Laboratório de Engenharia de Angola, como forma de contornar as barreiras institucionais que, na Metrópole, obstavam à realização do projecto de formação de técnicos necessários ao desenvolvimento económico de Angola, em tempo oportuno.

A iniciativa do Governo de Angola pressionou então o Governo Central a precipitar a criação dos Estudos Gerais Universitários, integrados na Universidade Portuguesa.

Porém, a criação do ensino superior, nas circunstâncias em que se verificou - por iniciativa e decisão do Governo de Angola - viria a ser considerado mais um acto de irreverência e de indisciplina, que gerou um conflito grave com o Governo Central.

Em consequência, o Governo de Angola, presidido pelo General Venâncio Deslandes, foi destituído. O próprio Ministro do Ultramar, Professor Adriano Moreira, ao qual foi atribuída uma comprometedora conivência com as acções levadas a efeito pelo Governo de Angola - consideradas inaceitáveis pelo regime político vigente - viria a ser também demitido, pouco depois.

O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, no último livro que publicou sobre Salazar, (*“Salazar - A Resistência”, vol.V, pag.420-425*) conta como foi vivida, no âmbito do Governo Central, a questão provocada pela criação do ensino superior em Angola e considera que, em particular os Secretários Provinciais da equipa governativa do General Deslandes haviam revelado *“excesso de zelo, inexperiência, mesmo alguma demagogia, tomando medidas que ultrapassam a sua competência ou que ignoram o Ministério do Ultramar”*, sendo-lhes atribuído mesmo o apoio de um *“golpe extremista de separatismo”*.

O autor era o mais novo dos Secretários Provinciais e o mais inexperiente. Por certo, era também o mais ingénuo. Por isso foi o mais penalizado. Na sequência da destituição do Governo Geral de Angola, foi demitido do cargo da administração pública, de que era titular, e afastado da carreira docente universitária. Era Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa. Por motivo das funções governativas, que fora pressionado a aceitar, interrompera a preparação do doutoramento, que iria prosseguir com apoios numa bolsa de estudos concedida por uma Universidade Americana e assistência técnica na OEA - Organização dos Estados Americanos, na área da organização do ensino em países sub-desenvolvidos.

Conheceu então a situação de desemprego, durante largos meses, marcado por desabonatórias "infidelidades políticas". Recusou, porém, todos os convites que lhe foram dirigidos para uma alegada "reabilitação".

Tinha 31 anos de idade.

Lisboa, Março de 2002

Notas

- (1) José Sarney, in Revista "*Lusofonia*", n.º 4 /97
- (2) Cunha Leal, in "*O Colonialismo dos Anticolonialistas*" ; General Silva Cardoso, "*ANGOLA-Anatomia DeUma Tragédia*", pág. 138-9 ; Franco Nogueira, "*Salazar*", vol. V.
- (3) Adelino Gomes, Jornal "*Público*", de 22.4.95; José Manuel Barroso, Jornal "*Diário de Notícias*", de 15.5.2000 ; Franco Nogueira, "*Salazar*", vol.V, pag.116.
- (4) Cito, a propósito, o fundamento invocado, ainda em 1960, por um alto responsável, segundo o qual "*O indígena na escola primária estaria deslocado, tornando-se altamente prejudicial a si e aos seus semelhantes. Devemos procurar evitar a difusão das escolas primárias nos povoados selvagens*", (Boletim do Ensino na Colónia da Angola, n.º1, 1931)
- (5) Correspondência com o autor (9.3.1999)
- (6) "*Colonização do Sul de Angola*", Ed. Europa- América, pag.282-3
- (7) "*O Ano de Kassanji*", pag. 54. Desatualizado, Norberto de Castro atribui, porém, o plano de ensino a outro membro do Governo de Angola (natural de Cabinda), que viria a assumir as respectivas funções em 1964, já em plena fase de desenvolvimento do mesmo.
- (8) Revista "*Lusofonia*", n.º33, 1997
- (9) General Silva Cardoso, "*ANGOLA, Anatomia de uma Tragédia*" , pag.307/406. Ed. Oficina do Livro,2000
- (10) Universidade de Aveiro. Círculo Universitário. Economia e Desenvolvimento. Visões Prospectivas, "*Lusofonia: Cooperação e Negócios*", pág. 67 . Jornal "*Região de Águeda*", de 31.3.2000.
- (11) Governador Geral Silvino Silvério Marques, em resposta à interpelação do Vereador Lourenço Mendes da Conceição (natural de Angola), na sessão do Conselho Legislativo, de 4 de Novembro de 1963 - Acta N.º 114, página 2345.
- (12) "*A escola rural, imbuída de um alto sentido socializante, será a pedra angular de qualquer plano de desenvolvimento do bem-estar das populações de Angola*", conforme havia defendido nos estudos sobre "**Política de Bem-Estar Rural em Angola**" e "**Povoamento e Justaposição de Grupos Humanos no Ultramar**", nos quais expusera os conhecimentos de ordem científica, estratégica e técnica perfilhados nos anos 50, a nível internacional, para o desenvolvimento rural das populações nativas de África, no âmbito da Comissão de Cooperação Técnica em África ao Sul do Saara (C.G.T.A.) e do Conselho Científico Africano, cuja 2.ª Conferência Interafricana do Ensino reunira em Luanda, em 1957 (Amadeu Castilho Soares, Edições da Junta de Investigações do Ultramar - Centro de Estudos Políticos e Sociais.,vol. n.º 49 (1961) e n.º 33 (1960).
- (13) Aprovados pela Portaria n.º 12 219, assinada pelo autor, publicada no Boletim Oficial de Angola, de 9 de Maio de 1962. Conforme consta da referida Portaria, os Cadernos de Iniciação à Leitura, para o 1º ciclo do ensino primário rural, foram editados pela Livraria Lello & Cia. Lda.
- (14) Sob o título "**A Maior Obra de 1962**", o Jornal "*A B C - Diário de Luanda* ", dirigido por Machado Saldanha (conquanto o nome que figurava no cabeçalho do jornal fosse o de Manuel Monterroso Carneiro), um conceituado opositor do regime político da época, reproduziu, em mais de metade do espaço da primeira página da edição, a capa do manual de **Iniciação à Leitura - 1.º Caderno**, que fora ilustrada com uma fotografia de um grupo de crianças da Casa Pia de Luanda. Na edição do Segundo Caderno seria repetida a mesma ilustração da capa, com cor diferente.

(15) "*Difícilmente se poderia conceber orientação melhor adaptada à orgânica dos cursos de monitores. Foi um licenciado deste Instituto, o Dr. Castilho Soares, quem planificou e concebeu a complexa máquina do seu funcionamento.*" (Prof. Alberto Marques Pereira, ANGOLA-Curso de Extensão Universitária-1963/64 - Universidade Técnica de Lisboa, ICSPU, pág. 394)

(16) Decreto N.º 44.240, de 17 de Março de 1962 (B O n.º 13 / 62). As Escolas de Magistério Primário foram instaladas em Malange e Silva Porto, pelo Diploma Legislativo do Governo Geral, n.º 3.243, de 11 de Maio de 1962 (B O n.º 19 / 62). Em 1963, a Escola de Malange seria transferida para Luanda (Dipl. Leg. n.º 3.396 - BO n.º 34 /63).

(17) Governador Geral Venâncio Deslandes, na sessão do Conselho Legislativo de 4 de Abril de 1962.

(18) Editora Literal-Soc. Editora, Queluz, 1978.

Não obstante o diálogo pessoal que, conforme relatei, mantive com D. Manuel Nunes Gabriel, sobre o plano de ensino a implementar pelo Estado e a colaboração desejável da Igreja Católica - e surpreendentemente, portanto - "*o notável incremento imprimido à instrução em Angola*" bem como a atenção dispensada às escolas e outras actividades missionárias, que reconhece na obra que escreveu, são atribuídos a outro membro do Governo - o Dr. Pinheiro da Silva, o qual viria a assumir responsabilidades no ensino somente alguns anos mais tarde - quando o sistema, criado em 1961-62, fora já concebido e lançado e se encontrava já em pleno desenvolvimento.

(19) Lawrence W. Henderson, "*A Igreja Em Angola-Um Rio Com Várias Correntes*", Ed. Além-Mar, 1990.

(20) Silva Cunha, "*O Ultramar a Nação e o 25 de Abril*", Atlântico Editora, pág. 103/104.

(21) Foram criados então, por Diplomas Ministeriais assinados em Angola, quatro liceus, no Lobito, Luanda, Moçamedes e Malange, cidades que dispunham já de escolas técnicas de nível secundário, e criadas mais duas escolas técnicas em Luanda e outras em Cabinda, Carmona, Luso e Gabela.

(22) Dos trabalhos então iniciados, por equipas constituídas para o efeito, viria a resultar a criação, ainda em 1962, do **Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII**, como estabelecimento de ensino particular (Portaria n.º 12.472 /62) , e, mais tarde, a **Escola de Enfermagem de Luanda**.

(23) A criação do ensino superior - reconhecido que o número insuficiente de técnicos de nível universitário constituía, na altura, o maior obstáculo ao progresso de Angola, analisadas as possibilidades da Universidade Portuguesa acompanhar o ritmo crescente das necessidades e ponderado que "há um factor tempo que nos queima" (Governador Geral ao Conselho Legislativo, em 4 de Abril de 1962) - foi concretizada com a instituição dos **Centros de Estudos Universitários**, pelo Diploma Legislativo n.º 3.235 e pelas Portarias n.ºs 12.196 a 12.201, na sequência da proposta do Governo Geral, aprovada pelo Conselho Legislativo em sessão de 21 de Abril de 1962 (incluindo o voto do Procurador da República).

Considerada inconstitucional pela Junta Nacional de Educação e que os cursos superiores a instituir no Ultramar deveriam ter organização idêntica à dos cursos das Universidades da Metrópole, a criação dos Centros de Estudos Universitários foi anulada pelo Decreto do Ministro do Ultramar n.º 44.4729, de 16 de Julho de 1962. Em 23 de Julho, obtida a adesão do Senado Universitário, o Ministro pôde anunciar ao Governador Geral de Angola a assinatura do Decreto-Lei que criava os **Estudos Gerais Universitários**, em Angola e Moçambique, integrados na Universidade Portuguesa (Decreto-Lei n.º 44.530, de 21 de Agosto de 1962, assinado por Oliveira Salazar e Adriano Moreira).

LEVAR A ESCOLA À SANZALA

A iniciativa do Governo Geral de Angola gerou, porém, um conflito grave com o Governo de Portugal. O Governador Geral foi chamado a Lisboa e destituído, após um processo de averiguações que lhe foi movido, por alegados actos que punham em causa “a unidade nacional” e por ser considerado “*notório que os separatistas de Angola e a oposição ao Governo o haviam adoptado como bandeira, conquanto fosse sustentado que não lhe caberiam quaisquer responsabilidades nos acontecimentos e factos referidos, os quais seriam da exclusiva responsabilidade dos Secretários Provinciais e Geral*”.

Pouco depois, o Ministro do Ultramar seria também demitido, sob suspeita de comprometedoras conivências com o Governo Geral de Angola.

(24) Projecto retomado pela Fundação Gulbenkian, em 1964, por iniciativa do Dr. Victor Sá Machado, sob a designação de “português fundamental”, e desenvolvido, mais tarde, com os Centros de Estudos Filológicos de Coimbra e de Lisboa, dependentes do Ministério da Educação, sob a direcção do Professor João Malaca Casteleiro (Jornal “Diário Popular”, de 6.9.84)

(25). Sobre os editoriais citados, o Jornal, na edição de 16 de Junho de 1964, publicou uma carta do autor, sob o título “*Uma Carta Que É Um Acto de Justiça*”, na qual era salientado o papel dos Inspectores Almeida Abrantes e Brito de Figueiredo como verdadeiros obreiros da execução do plano.

Referência no jornal de Lisboa “*Diário de Notícias*” (Fialho de Oliveira), de 15.1.69, na secção “*Tribuna da Imprensa*”, em que é considerado “*a campanha de alfabetização realizada em Angola como um marco histórico da nossa acção educativa e civilizadora*” (...) “*mereceria, pela experiência e os resultados obtidos, ter eco em S. Bento. Seria um contributo positivo para uma causa que interessa a todos os portugueses*”, a propósito do debate, na Assembleia Nacional, sobre a difusão da língua portuguesa em Moçambique.

(26) “*ANGOLA-Curso de Extensão Universitária - 1963-64*”, Universidade Técnica de Lisboa - ISCSPU, Costa Freitas (Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, ao tempo do lançamento do plano), a quem o autor tivera a oportunidade de expor pessoalmente o sistema de ensino que estava a ser implementado, aquando da visita que efectuou a Angola, em Junho de 1962.

(27) Dr. Pinheiro da Silva, “*Diário Popular*”, 15.08.69

(28) Elisete Marques da Silva, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical - *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nºs 16 e 17 - 1992-94.

(29) “*Kennedy e Salazar*”, pág. 264. O autor atribui, porém, esses planos ao Ministro do Ultramar de então, Adriano Moreira, que nada teve a ver com os mesmos, nem o respectivo Ministério dispunha de meios técnicos para o efeito. A única relação que poderá ser-lhe atribuída decorre apenas do facto de ter escolhido e persuadido o autor do plano (seu discípulo e Assistente na Universidade) a integrar a equipa governativa de Angola, para o que, entre outros argumentos, salientou, na ocasião, que “vai poder realizar aquilo que tem escrito, o que raramente alguém tem oportunidade na vida”.

(30) Professor Adelino Torres, conferência “*E Depois Da Guerra Que Futuro Para Angola*”, Casa de Angola (Lisboa), Revista “*Afroletras*”, 11.11.1999

(31) “*A Interação Entre A Política E A Economia (Angola e Guiné-Bissau)*”, in *Cadernos de Economia*, nº. 48, Jul-Set./ 99.

(32) Correspondência com o autor, ofício da Presidente do Conselho Nacional de Educação, de 5 de Março de 1998

(33) Carta do Embaixador Dr. José Duarte Ramalho Ortigão, de 28.4.1999, dirigida ao autor, a quem exprime o seu reconhecimento pelo mérito da obra realizada no campo do ensino, em Angola.

